



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato:

☎ (11) 9 9990-3179 • 🌐 pormassas.org

fb.com/massas.por • 📷 [instagram.com/massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)

APEOESP (Litoral Norte) - 02/03/22

A violência e os atentados nas escolas são consequências da barbárie capitalista e da destruição dos serviços públicos

No dia 22/02, a escola Ângelo Barros de Araújo, no bairro Travessão, município de Caraguatatuba/SP, presenciou uma tragédia: a diretora da escola foi barbaramente esfaqueada por um aluno no portão, no final do último período, às 22h45. A diretora está estável, porém, precisa reagir aos procedimentos cirúrgicos, para recuperar a artéria atingida no braço, que precisou ser reconstituída.

Os episódios de violência, agressões verbais, físicas e atentados estão vinculados ao crescimento da pobreza e à destruição dos serviços públicos. Cresce o ódio instintivo da juventude ao sistema falido de ensino e à ausência de perspectiva de vida.

Os fatores da violência no chão de escola

São vários os problemas, sendo um dos principais a extensão da jornada de estudos para os jovens, obrigando-os a permanecer mais tempo na mesma escola falida de sempre. O PEI (Programa de Ensino Integral) confina os alunos 9 horas numa escola, e a grade curricular também aumentou nas escolas regulares (sétima aula e aulas de expansão, no contraturno ou pelo Centro de Mídias). Fora isso, há o problema da restrição de contratação de professores com jornada de trabalho inferior a 19 horas (provocando um mar de aulas “vagas”).

Os alunos que não querem ficar nas escolas de tempo integral, por diversos motivos, tais como o trabalho e o estudo em cursos técnicos, são remanejados para as escolas regulares. O resultado desse remanejamento é a superlotação das salas, e deslocamento dos alunos de seus bairros de origem.

Estão aí alguns fatores do crescente estado de tensão no ambiente escolar. Enquanto isso, o governo gasta rios de dinheiro em propaganda, para mostrar à sociedade um sistema de ensino que não corresponde à realidade. Doria e Rossieli insistem em sustentar a imagem farsesca de uma “reforma” educacional – que é, no fundo, um desdobramento das contrarreformas aprovadas desde o âmbito federal, especialmente a reforma do ensino médio/BNCC – que estaria levando a uma “modernização” do sistema, enquanto, no mundo real, tudo permanece como sempre foi ou mesmo piora.

O “Novo” Ensino Médio é um exemplo concreto. As disciplinas que foram criadas ostentando nomes pomposos (“Inova”, “Itinerários Formativos”, “Projeto de Vida” etc.), têm sido apresentadas como um meio para propiciar um futuro melhor à juventude, o que não passa de um engodo. O desemprego não é resultado da “falta de formação” dos jovens - diga-se de passagem, esse pseudo-argumento só serve para responsabilizar os próprios jovens pelo fracasso, como se fosse um problema individual, de “falta de esforço” ou algo do gênero. O desemprego é, na verdade, um problema intrínseco ao capitalismo, aguçado nos momentos de acirramento de sua crise estrutural. Desse modo, o “Novo” Ensino Médio, apesar da aparência “modernizadora”

propagandeada pelo governo, não passa de uma máscara para a aplicação de medidas de enxugamento dos gastos públicos, como determina o capital financeiro.

Por baixo dessa farsa de “reestruturação” do ensino estão os baixíssimos salários, com professores sendo obrigados a acumular cargos (para complementar a renda) e trabalhando em condições cada vez mais precárias. As verbas enviadas durante a Pandemia para estruturar as escolas não deram sequer para concluir a manutenção, há problemas na parte elétrica, infiltrações, a maioria dos prédios não possui ventilação adequada, falta água, e a alimentação não atende às necessidades nutricionais das crianças e adolescentes - há dias em que são servidos arroz e ovo mexido, ou macarrão, apenas.

O ensino à distância, aplicado durante o período de isolamento dos professores, resultou num completo fracasso. Hoje, depois de quase dois anos fora das escolas, a soma de problemas que cada jovem acumulou os tem levado a problemas psíquicos que tendem a ser ignorados pela família, escola, e sociedade no geral. O desemprego e a miséria compõem o lar desses adolescentes e têm aprofundado os problemas de desigualdade social e suas consequências.

A hipocrisia do Estado diante do ocorrido

O aluno que cometeu o atentado na escola estava em estado de surto a mais de uma semana, se automutilava na sala de aula, não se socializava e era evidente a necessidade de acompanhamento médico especializado. Por dias, a diretora da escola, junto de outros professores, vinha tentando mediar a situação com conversas, mas, dada a gravidade da situação e o desdobramento do ato violento, fica exposto que a política do “acolhimento”, inventada pela Secretaria da Educação, se traduziu numa grande hipocrisia.

Depois do “leite derramado”, apareceram supervisores, a dirigente de ensino, o coordenador do projeto CONVIVA (programa desenvolvido após o massacre na escola Raul Brasil, em Suzano/SP) e um cabo da polícia militar de SP, que se limitaram a dar informações sobre programas assistenciais, para dar suporte psicológico, porém, de forma bastante abstrata, longe de conseguir atender adequadamente à demanda de alunos e professores que terão que conviver com o trauma e o medo.

As escolas nos arredores também sofreram com ações violentas na mesma semana, com brigas sangrentas, e alunos com posse de armas brancas. A escola Ângelo Barros enfrenta o problema de que duas escolas vizinhas foram transformadas em PEI, levando ao aumento da demanda de alunos. O aluno que desferiu os golpes veio transferido de uma dessas escolas.

A escola Avelino Ferreira, na quinta-feira, dia 24/02, também no bairro vizinho, Porto Novo, teve que interromper as aulas por conta de supostas ameaças de alunos, que receberam suspensão.

A suspensão desses três alunos por agressão, na terça-feira de manhã, mesmo dia do atentado na outra escola, onde um dos alunos fez uso de uma faca para ameaçar outros estudantes, foi respondido com o terror do aparato repressivo estatal, na quinta-feira, com policiais armados e alunos desesperados na saída do período da manhã, dois dias depois.

Suspender as aulas, na escola onde aconteceu o atentado e na escola que está sob ameaça, é uma medida quase insignificante. Após o feriado de carnaval estarão todos de volta, professores e alunos, sob as mesmas condições, e o desafio colocado é mostrar para a escola e comunidade local as verdadeiras raízes do problema, tendo por objetivo organizar a resistência coletiva de estudantes, suas famílias e trabalhadores da educação.

A ausência de direções combativas

O movimento estudantil deveria responder politicamente ao problema, erguendo a luta ao redor das reivindicações que correspondem às necessidades da juventude. O obstáculo reside na ausência de grêmios estudantis independentes e de luta, além do fato de as entidades gerais dos estudantes, como a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), estarem sob o controle burocrático de partidos que aplicam uma política de conciliação de classes (a UBES, que acaba de ser citada, por exemplo, é dirigida pelo PCdoB, um partido integrado de corpo e alma à ordem burguesa), levando a um completo distanciamento dessas entidades em relação aos problemas concretos que emergem do chão de escola.

Os professores padecem do mesmo problema. A Apeoesp deveria estar organizando a categoria para enfrentar a questão da violência nas escolas, além de todos os outros problemas que recaem sobre os ombros do professorado. No entanto, ao contrário disso, a sua direção, ligada ao PT e PCdoB, tem se colocado como um poderoso obstáculo para o desenvolvimento da luta.

Durante a Pandemia, a direção da Apeoesp (com a anuência de amplos setores da Oposição, particularmente as correntes ligadas ao PSOL) manteve o sindicato de portas fechadas, escondendo-se debaixo da política burguesa de isolamento social – política que não podia e não pôde ser cumprida pela grande maioria da população, sobretudo pela juventude e seus responsáveis. O máximo que fez foram alguns atos simbólicos na capital, quando da tramitação do PLC 26, por exemplo, que foram atos “para inglês ver”, atrelados à inócua pressão sobre os parlamentares.

A direção sindical, assim, contribuiu para um completo abandono das escolas, e para o avanço de medidas de ataque por parte dos governos, como a expansão do PEI e todo o tipo de políticas farsantes, que têm sido enfiadas “goela abaixo” do professorado após a reforma do ensino médio (2017) e a aprovação da BNCC (2019).

A ausência de uma direção sindical combativa, que era necessária para erguer uma campanha de abertura de salas e para combater o PEI (impedindo sua implantação e revertendo para o ensino regular as que se transformaram), é o grande obstáculo também para a tomada de consciência da categoria, diante do problema da violência. A categoria no geral individualiza o problema, passando à defesa genérica da “segurança”, deixando a solução sob as rédeas da Polícia Militar nas escolas, desconsiderando o caráter opressor da polícia, principalmente com a juventude.

Muitos exigem que as autoridades tomem uma atitude, mas não conseguem associar o problema da violência à decadência das escolas públicas e aos problemas sociais mais amplos. Muitos ainda insistem em que o problema se concentra nos alunos, que eliminá-los da escola, com expulsões e suspensões, seria a solução. Não querem admitir que o “mal”, desta forma, seria apenas transferido para outra escola, e que, quanto mais decadente é o ensino, mais proverá esse “mal” de violência – o que tende a se agravar diante da crise econômica, que recrudescer em meio a Pandemia.

A subsede regional Apeoesp sequer escreveu uma nota pró-

pria sobre a situação e não esteve presente em nenhuma das reuniões “mediadoras”, que aconteceram nas escolas em questão, após o atentado e as ameaças. Contentaram-se em distribuir uma nota assinada pela presidente Maria Izabel Noronha (que está em plena campanha eleitoral, como candidata pelo PT para um novo mandato parlamentar), uma nota que se resume praticamente a nada, a não ser pelo discurso de comiseração e “investigação” do fenômeno. A nota da presidente sequer chama os professores para participarem do ato que ocorrerá na capital, na Av. Paulista, no dia 16/03.

Não foi convocada nenhuma reunião local de Representantes de Escola até a presente data. O diretor estadual sindical da região assumiu um cargo de supervisor de ensino em outra região, mas continua se aproveitando do aparato sindical para se promover individualmente, agindo contra qualquer iniciativa de luta localmente.

Resposta classista para o problema da violência

Contra a violência nas escolas, só podemos responder tomando como ponto de partida a exigência de abertura de salas de aula, melhores salários, melhores condições de estudo e de vida para a juventude, melhoria nas condições estruturais das escolas, entre outras reivindicações concretas. A violência, a insanidade e o desvio da juventude para o tráfico de drogas são consequências da crise estrutural do capitalismo, que atinge em cheio as famílias e os serviços públicos. As contrarreformas implantadas pelo governo são contrárias às necessidades dos alunos, servem tão somente para aprofundar o sucateamento das escolas e, assim, só favorecem o crescimento da violência e de toda forma de opressão.

Somente com os métodos de luta da classe operária, com a união de estudantes, professores e moradores do bairro, será possível enfrentar essas medidas. Os métodos consistem na paralisação, nos piquetes, nas ocupações e na greve. A direção da Apeoesp precisa dar uma resposta à altura para enfrentar o avanço da barbárie sobre as escolas. Os métodos utilizados pela direção sindical, como a pressão parlamentar, a confiança na Justiça burguesa e as inócuas ações virtuais (“twittaços”, “lives”...), só têm levado a categoria a derrotas e mais derrotas.

É preciso levantar as bandeiras que de fato servem à defesa da vida das massas, em geral, e da juventude, em particular. Nesse sentido, a Corrente Proletária na Educação/POR defende:

- Em defesa do ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, sob o controle dos estudantes e trabalhadores, e vinculado à produção social;

- Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem trabalho: 4 horas na produção social e o restante para os estudos e para o lazer;

- Pela imediata redução da jornada de trabalho dos professores e funcionários, sem redução do salário;

- Por um salário mínimo vital, que cubra as necessidades do trabalhador e sua família. Que o valor seja calculado pelas assembleias dos trabalhadores. A Corrente Proletária defende que o piso não seja inferior ao valor estipulado pelo DIEESE;

- Pela abertura imediata de mais salas de aula. Abaixo o fechamento da EJA e dos cursos noturnos. No máximo, 25 alunos por sala;

- Pôr abaixo o PEI e todos os projetos que sucateiam ainda mais a Educação e os serviços públicos;

- Não à expansão do “Novo” Ensino Médio, excludente e precário. Não ao Ensino à Distância;

- Todos ao ato estadual convocado para o dia 16/03, às 14h, no Vão do MASP, na Avenida Paulista! Que se realize neste dia uma assembleia presencial deliberativa da categoria, para construirmos a luta e o enfrentamento a essas medidas de ataque por parte da burguesia e dos governos. Nada de assembleia virtual! Em defesa da democracia direta! ■